

# REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO

JULHO/SETEMBRO-2004

RENOVAR

237



FGV Fundação Getúlio Vargas

# SUMÁRIO

## Doutrina

|                                                                                                                             |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| O princípio da eficiência — Alexandre Santos de Aragão                                                                      | 1   |
| Da dispensa de licitação na contratação de órgão ou entidade exploradora de atividade econômica — EDUARDO AZEREDO RODRIGUES | 7   |
| Aspectos polêmicos da interceptação telefônica — MARCELO DE LUCA MARZOCHI                                                   | 15  |
| A cigarra, a formiga e a aquisição de obras de arte pelo Poder Público — MARCÍLIO TOSCANO FRANCA FILHO                      | 45  |
| As aposentadorias dos servidores públicos em face da reforma da previdência social — NYLSON PAIM DE ABREU                   | 55  |
| O princípio da eficiência e o procedimento administrativo — DAVI CHICÓSKI                                                   | 93  |
| Setor de saneamento básico: aspectos jurídico-administrativos e competências regulatórias — VITOR RHEIN SCHIRATO            | 119 |
| O uso da medida provisória antes da Emenda Constitucional 32/2001 e o princípio democrático — WILSON STEINMETZ              | 143 |
| Os custos da atividade administrativa e o princípio da eficiência — DALTON SANTOS MORAIS                                    | 165 |
| O direito à saúde: uma análise comparativa da intervenção judicial — DANIELA MILANEZ                                        | 197 |
| Educação e imunidades tributárias — IVES GANDRA DA SILVA MARTINS                                                            | 223 |
| Ato administrativo eletrônico e teleadministração. Perspectivas de investigação — MARCUS VINÍCIUS FILGUEIRAS JÚNIOR         | 243 |
| Estágio atual das pesquisas em teleadministração — GIOVANNI DUNI                                                            | 265 |
| O princípio da segurança jurídica — ALMIRO DO COUTO E SILVA                                                                 | 271 |
| A discricionariedade administrativa perante os conceitos jurídicos indeterminados — RITA TOURINHO                           | 317 |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                     |         |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|
| <b>Aspectos da competência julgadora dos Tribunais de Contas — AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI</b>                                                                                                                                                                                       | 327     |
| <b>O aspecto semântico do processo e do procedimento no direito administrativo brasileiro — JOSÉ MARCELO FERREIRA COSTA</b>                                                                                                                                                         | 341     |
| <br><b>Jurisprudência dos Tribunais</b>                                                                                                                                                                                                                                             |         |
| Ato regulamentar não está sujeito a controle de constitucionalidade (STF)                                                                                                                                                                                                           | 365     |
| Eleição para governador. Nulidade de votos (STF)                                                                                                                                                                                                                                    | 370     |
| <br><b>Jurisprudência Administrativa</b>                                                                                                                                                                                                                                            |         |
| Instrução Normativa nº 5, de 19 de julho de 2004 — AGU                                                                                                                                                                                                                              | 377     |
| <br><b>Pareceres</b>                                                                                                                                                                                                                                                                |         |
| Exclusão sumária do REFIS — IVES GANDRA DA SILVA MARTINS, JOSÉ RUBEN MARONE, SORAYA DAVID MONTEIRO LOCATELLI                                                                                                                                                                        | 379     |
| <br><b>Legislação</b>                                                                                                                                                                                                                                                               |         |
| Lei nº 10.892, de 13 de julho de 2004 — Altera os arts. 8º e 16 da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e de Direitos de Natureza Financeira — CPMF, e dá outras providências. | 403     |
| Lei nº 10.908, de 15 de julho de 2004 — Institui Gratificação Específica de Apoio Técnico-administrativo e Técnico-marítimo às Instituições Federais de Ensino — GEAT e dá outras providências.                                                                                     | 405     |
| Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004 — Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.                                                        | 406     |
| Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004 — Regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica, e dá outras providências.                                                                       | 408     |
| <br><b>Índice analítico</b>                                                                                                                                                                                                                                                         | <br>427 |